

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

CONCURSO PÚBLICO

**AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA A ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

PC.010.2024.313

PROGRAMA DE CONCURSO

PORTO, 2024

ÍNDICE

Artigo 1.º	3
Objeto do concurso	3
Artigo 2.º	3
Entidade adjudicante	3
Artigo 3.º	3
Decisão de contratar	3
Artigo 4.º	3
Tipo de procedimento	3
Artigo 5.º	3
Esclarecimentos às peças do procedimento	3
Artigo 6.º	4
Erros e omissões	4
Artigo 7.º	4
Preço base	4
Artigo 8.º	4
Decisão de contratação por lotes	4
Artigo 9.º	4
Documentos que constituem a proposta	4
Artigo 10.º	5
Apresentação de propostas variantes	5
Artigo 11.º	5
Modo e prazo para apresentação das propostas	5
Artigo 12.º	6
Critério de adjudicação	6
Artigo 13.º	7
Negociação	10
Artigo 14.º	10
Documentos de habilitação	10
Artigo 15.º	10
Caução	10
Artigo 16.º	11
Agrupamento adjudicatário	11
Artigo 17.º	11
Prazo de manutenção das propostas	11
Artigo 18.º	11
Legislação aplicável	11
ANEXO I	12
ANEXO II	13

PROGRAMA DE CONCURSO

Artigo 1.º

Objeto do concurso

O presente concurso público tem por objeto principal a **Aquisição de mobiliário para a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto (E2S|P.PORTO)**.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto (NIF: 503 606 251), abreviadamente designado por ESS – P.PORTO, sito na Rua Dr. António Bernardino de Almeida, n.º 400, 4200-072 Porto, com o número de telefone 222 061 000, 22 061 001, com o endereço de correio eletrónico sagp@ess.ipp.pt e plataforma eletrónica **acinGov**, acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt>.

Artigo 3.º

Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pela Senhor Vice-presidente da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, Nuno Albertino Barbosa Ferreira da Rocha, em substituição, ao abrigo do despacho 5241/2022, de delegação de competências do Senhor Presidente do Instituto Politécnico do Porto nos Presidentes das Unidades Orgânicas do Instituto Politécnico do Porto, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 84, de 2 de maio de 2022, atento o valor da despesa.

Artigo 4.º

Tipo de procedimento

Concurso Público sem publicidade internacional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 5.º

Esclarecimentos às peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação do presente programa e caderno de encargos devem ser solicitados por escrito, através da Plataforma Eletrónica de Contratação **acinGov**, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere a alínea anterior serão prestados por escrito, pela Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, através da Plataforma Eletrónica de Contratação **acinGov**, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos e as retificações referidos nas alíneas anteriores serão disponibilizados pela Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo imediatamente notificados desse facto todos os

interessados e publicitado na Plataforma Eletrónica de Contratação **acinGov**, de acordo com o artigo 50.º do CCP.

4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 1 a 3 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

Erros e omissões

1. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar à Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, através da plataforma **acinGov**, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por eles detetados.
2. A lista com a identificação dos erros e das omissões detetados, bem como a decisão prevista na alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP, será junta às peças do presente procedimento e proceder-se-á à notificação das mesmas a todos os interessados, através da plataforma **acinGov**.

Artigo 7.º

Preço base

O preço base para efeitos do presente concurso é de **125.198,58€ (cento e vinte e cinco mil e cento e noventa e oito euros e cinquenta e oito cêntimos)**, valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor. O preço base foi calculado com referência na informação recolhida através da consulta a sites, que continham especificações técnicas semelhantes aos produtos pretendidos, por aplicação de uma média aos preços encontrados.

Artigo 8.º

Decisão de contratação por lotes

Nos termos da alínea do n.º a do artigo 46º-A) do CCP como se trata da aquisição de diverso tipo de mobiliário no âmbito do objeto de concurso será dividido em lotes.

Artigo 9.º

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta será instruída, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, com os seguintes documentos:
 - a) De acordo com a alínea a) do n.º 1 do Artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, o concorrente deverá apresentar declaração do Anexo I ao CCP (Anexo I do presente Programa), a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b) De acordo com a alínea b) do n.º 1, do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, o concorrente deverá apresentar os documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;

- c) A proposta a apresentar deve especificar, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, os seguintes atributos: marca/modelo/referência dos bens a fornecer; preços unitários; preço total por lote, quando aplicável, e preço total da proposta;
 - d) O concorrente poderá apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta, designadamente na parte relativa aos respetivos atributos.
2. A proposta, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletrónica, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, podendo os concorrentes verificar as entidades certificadoras credenciadas junto do Gabinete Nacional de Segurança (no sítio <https://www.gns.gov.pt/trusted-lists.aspx>, na listagem "Trusted List"). As assinaturas deverão ser identificadas, de forma legível, com os nomes a quem pertencem e da qualidade em que são feitas.
 3. Quando o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
 4. Tratando-se de um agrupamento concorrente, os documentos apresentados em conjunto deverão ser assinados por representantes de todas as entidades do agrupamento, através das pessoas com poderes para obrigar, ou pelo representante comum de todas as entidades membros do agrupamento, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros.
 5. Na proposta, o concorrente deve indicar, obrigatoriamente, os seguintes elementos:
 - a) Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluem o IVA;
 - b) As propostas devem mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa aplicável, entendendo-se, na falta daquela menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
 6. Os documentos a que se referem os números anteriores são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção dos documentos referidos na alínea d) do n.º 1 da presente cláusula, onde se admite documentos em língua inglesa.

Artigo 10.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 11.º

Modo e prazo para apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica **acinGov**, acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt>, até às **23h59m** do **6.º dia**, a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto nos números anteriores, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no n.º 5 do art.º 62.º do CCP.

3. São consideradas nulas e de nenhum efeito quaisquer reservas ou condicionamentos feitos por um concorrente em quaisquer documentos que integram as propostas.

Artigo 12.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada segundo a alínea a) do art.º 74º do CCP- multifator de acordo com o modelo de avaliação aplicado lote a lote, pelo que é obrigatório a inclusão de imagens identificadas, de acordo com os lotes, realistas e fidedignas de todos os itens propostos.
2. No caso de empate entre duas ou mais propostas utilizar-se-ão os seguintes critérios desempate sequencialmente:
 - i. vencerá a empresa que tenha menos número de lotes atribuídos, sendo que o apuramento será feito pela soma da totalidade até ao lote empatado e assim sucessivamente, se existirem mais empates;
 - ii. vencerá a empresa que tenha menor valor atribuído sendo que o apuramento será feito pela soma da totalidade até ao lote empatado e assim sucessivamente, se existirem mais empates;
 - iii. será realizado um sorteio entre as propostas nos seguintes moldes:

O Júri notifica todos os concorrentes que apresentaram propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da sua realização;

A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista de concorrentes;

Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente, à sua extração pelo Presidente do Júri ou nas suas faltas ou impedimentos, pela 1ª vogal Efetivo;

A ordenação das propostas objeto de sorteio é efetuada de acordo com a ordem de extração efetuada.

3. Caso se mantenha o empate, será realizado um sorteio de entre as propostas melhor classificadas e relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes moldes:
 - a) Com o Relatório Final, o Júri notifica os concorrentes graduados em primeiro lugar com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
 - b) A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - c) Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração pelo Presidente do Júri, ou nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efetivo;
 - d) A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem de extração efetuada;
 - e) Do sorteio realizado será lavrada uma ata, a qual será assinada pelos elementos do Júri do procedimento presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais;
 - f) Após a realização do sorteio será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

Artigo 13.º

Modelo de Avaliação

A pontuação final das propostas, por lote, considera três fatores, “Preço por Lote da Proposta”, “Adequação técnica e funcional” e “Prazo de Garantia” e é dada pela seguinte fórmula de avaliação:

$$P_i = P_i^{PL} \times 70\% + P_i^{ATF} \times 25\% + P_i^{PG} \times 5\%$$

Em que: $i = 1 \dots N$, *número de propostas apresentadas*

P_i – Pontuação final do lote;

P_i^{PL} – Pontuação para o lote i no fator “Preço por Lote da Proposta”;

P_i^{ATF} – Pontuação para o lote i no fator “Adequação técnica e funcional”;

P_i^{PG} – Pontuação para o lote i no fator “Prazo de Garantia”.

$i = 1 \dots N$, *número de propostas apresentadas*

O avaliador vai atribuir a pontuação utilizando uma escala de 0 a 20 valores, por lote, em que 0 valores correspondem ao mínimo e 20 valores correspondem ao máximo de pontuação possível de obter.

Avaliação do Fator:

“Preço por Lote”

A pontuação será obtida, por lote, de acordo com o preço base de cada lote do concurso tendo por base a seguinte fórmula:

$$P_i^{PL} = -Pr_i \times \left(\frac{10}{PB} \right) + 20$$

Em que: $i = 1 \dots N$, *número de propostas apresentadas*

P_i^{PL} – Pontuação da proposta i no fator “Preço por Lote”;

PB – Preço base do lote que consta do caderno de encargos;

Pr_i – Preço da proposta para o lote i ;

O avaliador vai atribuir a pontuação utilizando uma escala de 0 a 20 valores em que 0 valores correspondem ao mínimo e 20 valores corresponde ao máximo de pontuação possível de obter.

Avaliação do Fator:

“Adequação técnica e funcional”

O fator de avaliação “Adequação técnica e funcional” considera os seguintes subfactores:

1. Harmonia (H);
2. Funcionalidade e Ergonomia (FE);

$$P_i^{ATF} = P_i^H \times 50\% + P_i^{FE} \times 50\% \quad i = 1 \dots N, \text{ número de propostas apresentadas}$$

Em que: $i = 1 \dots N$, número de propostas apresentadas

P_i^{ATF} – Pontuação final da proposta i no fator “Adequação técnica e funcional”;

P_i^H – Pontuação final da proposta i no subfactor “Harmonia”;

P_i^{FE} – Pontuação final da proposta i no subfactor “Funcionalidade e Ergonomia”;

O avaliador vai atribuir a pontuação utilizando uma escala de 0 a 20 valores em que 0 valores correspondem ao mínimo e 20 valores corresponde ao máximo de pontuação possível de obter.

A Pontuação para o subfactor “Harmonia” é atribuída de acordo com a seguinte tabela:

Caraterísticas	Pontuação no subfactor “Harmonia”
O mobiliário proposto por lote causa uma excelente impressão, é visualmente agradável e apresenta uma coerência no <i>design</i> , face ao restante mobiliário dos outros lotes e do mobiliário já existente na ESS.	20
O mobiliário proposto por lote assegura uma coerência mínima de <i>design</i> face ao restante mobiliário dos outros lotes e do mobiliário já existente, mas poderá gerar em alguns utilizadores desconforto visual.	10

O mobiliário proposto por lote não assegura uma coerência mínima de <i>design</i> face ao restante mobiliário dos outros lotes, do mobiliário existente e gera desconforto visual.	0
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

A Pontuação para o subfactor “Funcionalidade e Ergonomia” é atribuída de acordo com a seguinte tabela:

Caraterísticas	Pontuação no subfactor “Funcionalidade e Ergonomia”
O mobiliário proposto por lote apresenta face à perceção do utilizador características técnicas que garantem perfeitamente a segurança, as condições de trabalho, a saúde e o bem-estar em termos ergonómicos dos utilizadores. Em termos funcionais o mobiliário proposto por lote garante perfeitamente uma adequada adaptação a todos os elementos integrantes do espaço e promove a qualidade do ambiente.	20
O mobiliário proposto por lote apresenta face à perceção do utilizador características técnicas mínimas que garantem a segurança, as condições de trabalho, a saúde e o bem-estar em termos ergonómicos dos utilizadores. Em termos funcionais o mobiliário proposto por lote garante minimamente uma adequada adaptação a todos os elementos integrantes do espaço, porém fica desajustada a qualidade do ambiente.	10
O mobiliário proposto por lote não assegura face à perceção do utilizador características técnicas que garantam a segurança, as condições de trabalho, a saúde e o bem-estar em termos ergonómicos dos utilizadores nem garante a adequada adaptação de todos os elementos integrantes do espaço, ficando completamente desajustada a qualidade do ambiente.	0

Avaliação do Fator

“Prazo de Garantia”

O fator de avaliação “Prazo de Garantia” considera o número de anos de garantia assegurada após a entrega.

O notador vai atribuir a pontuação utilizando uma escala de 0 a 20 valores em que 0 valores correspondem ao mínimo e 20 valores correspondem ao máximo de pontuação possível de obter.

A Pontuação é atribuída de acordo com a seguinte tabela:

Intervalo em dias	Pontuação
Maior ou igual a 5 anos	20

Igual a 4 anos	15
Igual a 3 anos	10
Igual a 2 anos	5

Artigo 14.º

Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 15.º

Documentos de habilitação

- O adjudicatário deve apresentar, no prazo de **5 dias**, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:
 - Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP, conforme modelo constante do Anexo II ao presente programa de concurso (cfr. Anexo II do CCP);
 - Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, os quais deverão obedecer ao previsto no art.º 83.º-A do CCP;
 - Certidão de Registo Comercial ou documento legalmente equivalente.
- O adjudicatário deve apresentar através da plataforma indicada no artigo 2.º do presente Programa de Concurso, a reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior.
- Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos referidos no n.º 1, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
- Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos referidos no n.º 1 devem ser apresentados por todos os seus membros.
- Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- No caso de deteção de irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no art.º 86.º do CCP, o adjudicatário possui mais 5 dias, após notificação da deteção das referidas irregularidades, para supressão das mesmas.

Artigo 16.º

Caução

- Não será exigida a prestação de caução uma vez que o preço contratual será inferior a €500.000,00, nos termos da al. a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Artigo 17.º**Agrupamento adjudicatário**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Consórcio Externo.

Artigo 18.º**Prazo de manutenção das propostas**

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de **120 dias** a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 19.º**Legislação aplicável**

Em tudo o que se revelar omissa no presente Programa de Procedimento e se não mostrar incompatível com o Clausulado e especificidades do mesmo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, e restante legislação aplicável.

ANEXO I

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 8.º do Programa do Concurso)

Modelo de Declaração – Anexo I do CCP

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1 – (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo–quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 13.º do Programa do Concurso)

Modelo de Declaração – Anexo II do CCP

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º